



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

CONSULTA PRÉVIA

Aquisição de contadores de água de 1/2"

CADERNO DE ENCARGOS

CLÁUSULAS JURÍDICAS E TÉCNICAS

PARTE I - CLÁUSULAS JURÍDICAS



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I
Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

1 - O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a Aquisição de contadores de água de 1/2".

Cláusula 2.^a

Contrato

- 1 - O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
- 2 - O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
- 3 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
- 4 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

Cláusula 3.^a

Prazo

1 - O contrato mantém-se em vigor por 20 dias após adjudicação ou até à conclusão da entrega dos bens em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

Cláusula 4.^a

Condições da aquisição

1 - O Município não se obriga a adquirir a totalidade dos bens previstos no Caderno de Encargos.

Cláusula 5.^a



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Preço Base

1 - O valor base para efeito do presente procedimento é 22.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Capítulo II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I

Disposições gerais

Cláusula 6.^a

Obrigações principais do fornecedor

1 - Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta;
- b) Obrigação de garantia dos bens;
- c) Obrigação de continuidade de fabrico.

Cláusula 7.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1 - O fornecedor obriga-se a entregar ao contraente público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na parte II (Cláusulas Técnicas) do presente Caderno de Encargos.

2 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

3 - É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.

4 - O fornecedor é responsável perante o Município de Bragança por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 8.^a



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Entrega dos bens objeto do contrato

- 1 - Os bens objeto do contrato devem ser entregues, mediante solicitação por parte do Município, no prazo máximo de 20 dias.
- 2 - O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos [em língua portuguesa], que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.
- 3 — Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega são da responsabilidade do fornecedor.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 9.^a

Objeto do dever de sigilo

- 1 - O fornecedor deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Bragança, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
- 2 - A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.^a

Prazo do dever de sigilo

- 1 - O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de dois anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Bragança

Cláusula 11.^a

Preço contratual

- 1 - Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Bragança deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, [incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças].

Cláusula 12.^a

Condições de pagamento

1 - As condições de pagamento do encargo do fornecimento são as seguintes:

- a) A fatura deverá ser em conformidade com a solicitação apresentada pela Câmara Municipal;
- b) O pagamento será efetuado contra a apresentação de fatura nas condições indicadas pelo concorrente não podendo a sua liquidação efetiva verificar-se depois de decorridos 60 dias úteis, contados da data de entrega da fatura.

Capítulo III

Penalidades contratuais e resolução

Cláusula 13.^a

Penalidades contratuais

1 - No caso de não cumprimento dos prazos fixados para a prestação dos serviços, por razões imputáveis ao prestador de serviços é, cominável com multa calculada da seguinte forma:

$P = V \times A/500$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor do contrato do fornecimento dos serviços e A é o número de dias em atraso.

2 - Havendo lugar a penalidades o correspondente valor será deduzido na importância a pagar ao prestador de serviços.

Cláusula 14.^a

Força maior

1 - Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 - Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 - Não constituem força maior, designadamente:



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 - A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 - A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 15.^a

Resolução por parte do contraente público

1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Bragança pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso, total ou parcial, na entrega dos bens objeto do contrato superior a mês e meio ou declaração escrita do fornecedor de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo;

2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao fornecedor e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo Município de Bragança.

Cláusula 16.^a

Caução

1 - No âmbito do presente contrato não é exigível a prestação de caução.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

2 - O Município de Bragança, se o considerar conveniente, pode proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos.

Capítulo IV

Seguros

Cláusula 17.^a

Seguros

1 - É da responsabilidade do fornecedor a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos inerentes ao desenvolvimento da sua atividade.

2 - O Município de Bragança pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o prestador de serviços fornecê-la no prazo de cinco dias.

Capítulo V

Resolução de litígios

Cláusula 18.^a

Foro competente

1 - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições finais

Cláusula 19.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual

1 - A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a

Comunicações e notificações

1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

Cláusula 21.^a

Contagem dos prazos

- 1 - Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 22.^a

Prevalência

- 1 - Farão parte integrante do contrato a outorgar o caderno de encargos, o convite e a proposta do adjudicatário.
- 2 - Em caso de dúvidas prevalece em primeiro lugar o texto do contrato, seguidamente, o caderno de encargos e o convite e em último lugar a proposta do adjudicatário.

Cláusula 23.^a

Legislação aplicável

- 1 - O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

O objeto da presente contratação, consiste na **Aquisição de contadores 1/2**, com as seguintes especificações/quantidades:

- Contadores 1/2" 15mm e Q3=2,5 m3/H → 1000 Unidades

Os bens a fornecer, suas especificações técnicas e respectivas quantidades previstas são as seguintes:

a) Aquisição de contadores:

- i) 1000 Contadores volumétricos DN 15 para água fria potável da classe R200, incluindo válvula de retenção de jusante;

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

As características técnicas do equipamento a fornecer, deverão ser de acordo com as Normas Portuguesas 2468, 2469, 2470, 2938, pela directiva 2004/22/CE e serão do seguinte tipo:

a) Diâmetro nominal 15 mm:

Tipo de medida: volumétrico, de êmbolo rotativo;

Pressão de serviço: PN10, ou superior;

Instalação: qualquer posição;

Transmissão: magnética;

Aprovação: Portuguesa e/ou EU;

Conformidade: atestada com selo de 1ª verificação (preferencialmente com selo de chumbo)

CARACTERÍSTICAS METROLÓGICAS

As características metrológicas deverão ser as seguintes:

a) Diâmetro nominal 15 mm:

Caudal permanente: Q3 = 2,5 m3/h;

Caudal sobrecarga: Q4 = 3.125 m3/h;

Caudal mínimo: Q1 = 12 dm3/h;

Caudal de transição: Q2 = 20 dm3/h;

Classe metrológica: R200, em todas as posições;

Divisão de verificação: 0,02 dm3

Capacidade de leitura: 9.999,999 m3, sem retorno a zero (7 rolos parar a parte inteira) e ponteiro de relógio de 0, 0001 m3

CARACTERÍSTICAS CONSTRUTIVAS

a) Diâmetro nominal 15 mm:



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

ORIGINAL

As características construtivas deverão ser as seguintes ou estarem conforme normativos legais:

Comprimento: 165 mm;

Largura: 90 mm;

Altura: 172,50 mm (com tampa aberta);

Ligações: rosca G 3/4", em ambas as tubulares (ISO 228/1 NP 2468)

OUTRAS CARACTERISTICAS CONSTRUTIVAS GERAIS

a) Totalizador:

O totalizador deve estar contido num invólucro circular o qual deve ser orientável, de modo a que possa ser colocado na posição de leitura mais conveniente;

b) Antirretorno:

Válvula antirretorno, colocada a jusante do dispositivo medidor;

c) Selagem:

De modo a que impeça a desmontagem do contador, quer antes, quer depois da instalação bem como todo o acesso ao seu interior;

d) Filtro:

Colocado interiormente e imediatamente a montante do dispositivo medido e cuja limpeza não implique quebra de selo;

e) Material utilizado:

O contador deve ser construído com materiais que apresentem adequada resistência mecânica (corpo em liga metálica) e química às condições reais da água a medir e que não sejam afetados pelas variações temperatura da água, ocorridas dentro da gama de temperatura de serviço. Os materiais empregues não devem apresentar toxicidade ou transmitir sabor, odor ou cor à água;

f) Acessórios:

De ligação à tubagem, incluindo ligadores facetados, porcas com furacão para selagem e juntas de estanquicidade;

g) Marcações:

O contador deve apresentar, de forma indelével e legível, as seguintes marcações:

- Seta indicadora do sentido do escoamento;
- Marca registada e/ou indicação do fabricante;
- Tipo de medidor;
- Classe metrológica;
- Caudal nominal;
- Caudal máximo;
- Diâmetro nominal;
- Ano de fabrico e número de série;
- Número dos Serviços;



MUNICÍPIO DE BRAGANÇA
CÂMARA MUNICIPAL

- Letra(s) normalizada(s), correspondente à posição de montagem.

(Nota: A superfície superior e inferior da tampa, não podem ser utilizadas para qualquer das marcações.)

h) Outras:

- Dispor de estruturas próprias de assistência aos contadores fornecidos;
- Indicar o prazo de obtenção e preço de componentes de substituição ou reparação;
- Indicar a origem e local de fabrico dos equipamentos;
- Indicar o período de garantia de funcionamento dos contadores;
- Indicar formalmente o período de garantia de assistência aos contadores;
- Oferecer a possibilidade de inscrições especiais a pedido (número ou código de registo do cliente).
- Ser empresa certificada pelas normas ISO 9001:2000 (Certificação do sistema de gestão da qualidade);
- Os bens fornecidos serão entregues nos respetivos prazos conforme requisição;
- Os preços unitários serão constantes para todo o fornecimento independentemente das quantidades que venham a ser requisitadas;
- Provar, em simultâneo, que possui autorização legal e que está credenciado para fabricar, fornecer e reparar e que se dispõe de instalações próprias qualificadas pelo IPQ para aferir os contadores;
- Indicar o período de garantia de funcionamento dos contadores;
- Serem contadores antigelo com certificado de aprovação nacional, CEE ou MID (possuidores de anilha antigelo);
- Possuírem totalizador hermeticamente fechado, orientável a 360°;
- Corpo do contador em liga metálica;
- Abertura para reparação sem danificação de peças, exceto as de selagem;
- Proteção não inferior a IP55

De forma a avaliar o tipo de contador proposto deverão os concorrentes apresentar descrição técnica do contador (memória descritiva), com referência aos pontos acima descritos nas anteriores especificações técnicas

O Presidente da Câmara Municipal

Hernâni Dinis Venâncio Dias, Dr.